

FERNANDO PESSOA E A POLÊMICA CADBURY

Ana Maria Freitas

*IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional)/FCSH/
UNL*

A faceta interventiva e polêmica de Fernando Pessoa é transversal a toda a obra. A necessidade sentida de intervir publicamente, de marcar a sua opinião em questões que considerava importantes assumiu várias formas: a forma de panfleto, por exemplo, como em “Aviso por causa da Moral”, “Sobre um manifesto de estudantes”, “O interregno e as suas consequências” e o texto em que repudia este último opúsculo e critica Salazar, em “A psicose adiantativa”, “A nossa administração colonial” e “Da impossibilidade de ler um livro”, os três últimos títulos destinados aos panfletos “Ibis”, a 50 reis cada um, e ainda a forma ficcional como em “Cartas e Visões” do sr. Pantaleão,¹ ou “Na Farmácia do Evaristo”.² Encontramos também a forma de

¹ Pantaleão é o nome de uma personalidade literária criada por Fernando Pessoa na altura da “Empreza Íbis, Typographica e Editora”, criada em 1909. Um crítico acérrimo da Monarquia e das Cortes, Pantaleão seria colaborador do jornal “O Phosphoro” e dividiria os seus textos em “Cartas”, dirigidas a um Sr. Smith, e “Visões Políticas”. Seria ainda autor de um texto mais longo, a que era dado o título de “Psicose Adiantativa”, a ser publicado, a 50 reis, como “Panfleto Íbis”, e de um conjunto de versos. São ainda de Pantaleão alguns aforismos, como “Quem não quiser sofrer que se isole. Feche as portas da sua alma quanto possível à luz do convívio”. A Pantaleão era ainda atribuído o papel de editor e prefaciador da obra do monárquico Torcato Mendes da Cunha Rey, autor de outro panfleto com o título “A Nossa Administração Colonial”.

² “Na Farmácia do Evaristo” é o título de um texto de Pessoa onde é feita uma análise da política portuguesa na sequência da revolta militar de 18 de Abril de 1925, movimento precursor do 28 de Maio de 1926. Numa tarde de domingo depois do golpe, Evaristo, o dono da farmácia, Mendes, um republicano democrático, o Justino dos coiros, o Canha das Barbas, também republicano, o coronel Bastos e José Gomes, mais

artigos de jornal, como aquele em que defende as sociedades secretas (*Diário de Lisboa*, 4 de Fevereiro de 1935). As cartas abertas foram outro formato frequentemente utilizado, como por exemplo em “Carta a um Monárquico”, em várias cartas aos directores de jornais (*O Imparcial*, *A Capital* e outros) e noutras sobre assuntos tão diversos como o movimento eugénico e o erro dos seus princípios, sobre arte e a compreensão que o povo dela tem, ou sobre a Europa moderna. Muitas destas cartas abertas são em inglês e destinadas, certamente, a um público britânico, leitor desejado destes e doutros textos de que Pessoa é autor. De todos estes textos, só alguns foram efectivamente publicados, outros ficaram em esboço.

O desejo de intervenção pública, que transparece, de igual modo, de vários apontamentos e iniciativas (veja-se a abrangência e os campos de intervenção do projecto *Olisipo*), associado ao desejo de promover Portugal e de o dar a conhecer culturalmente, está ligado ao mandato subjectivo que reivindica como seu, de criador de civilização.

Um texto fragmentado e incompleto do espólio de Fernando Pessoa fornece um curioso exemplo destes dois aspectos: a pulsão interventiva e a atitude de divulgação e defesa da imagem de Portugal na sociedade britânica. A primeira notícia da existência deste texto inédito surgiu da análise de um esquema onde vem mencionado do seguinte modo: “Portugal and Slavery – partly a reply, partly not a reply to Mr.Cadbury and Burt”.³

Os nomes citados enviam-nos para uma polémica que explodiu no início do século XX e que pôs em causa a grande empresa inglesa de chocolates Cadbury’s & Company, pela aquisição de cacau à colónia portuguesa de S.Tomé e Príncipe, de onde chegavam notícias da exploração dos trabalhadores das roças.

A questão começou com uma investigação jornalística. Henry Wood Nevinson, repórter da *Harper’s Monthly Magazine* partiu, em 1904, para a África Ocidental, com a missão de recolher informação para uma série de artigos sobre as condições de vida das populações. Viajou por Angola, pelas chamadas “terras da fome”, a área geográfica entre o rio Quanza e o forte de Machico, cerca de 200 milhas para o interior. Partiu depois para S. Tomé e Príncipe, onde observou o funcionamento das roças do cacau.

Em 1905, Nevinson regressou a Inglaterra. O seu primeiro artigo saiu em Agosto, no *Harper’s Monthly Magazine*, e a série continuou mensalmente. No ano seguinte, em 1905, publicou,

conhecido por Gomes Pipa, reúnem-se na farmácia para analisarem a situação do país.

³ BNP, E3, 48D-1.

em livro, uma colectânea desses artigos com o título *A Modern Slavery*.

O que Nevinson descrevia e denunciava com veemência era uma forma de escravatura que continuava, apesar de ter sido oficialmente abolida por Portugal em 1870. No interior angolano, a mão-de-obra necessária ao trabalho nas grandes propriedades e, mais ainda, nas roças de S. Tomé e Príncipe, era recrutada à força, por agentes que tinham por função procurar escravos junto dos chefes das tribos e que arranjavam homens, mulheres e crianças a troco de mercadorias. Transportados em condições desumanas para a costa, muitos morriam pelo caminho.

Chegados à costa, eram levados a assinar um contrato de trabalho por cinco anos em S. Tomé e Príncipe. Este processo de assinatura forçada era realizado com a conivência de um funcionário governamental. O contrato fornecia garantias, como a do regresso ao país de origem passados os cinco anos e a liberdade dos filhos entretanto nascidos. Eram de seguida levados para S. Tomé, de barco e em más condições, e integrados em roças de cacau, de onde nem os trabalhadores, nem a descendência alguma vez saíam. Nevinson descreve pormenorizadamente as caravanas de escravos agrilhoados que se dirigiam para a costa, os castigos de chicote infligidos e fotografa os corpos deixados pelo caminho e as algemas utilizadas. No seu relatório, as conclusões eram as seguintes:

Angola itself was a functioning slave state, with at least half the population in slavery. The price of a male slave in Benguela was about £20, the value of a male or female in S. Tomé about £30. The list of those benefiting was long – the government that charged various duties for each slave, the agents who delivered laborers to the islands, the steamship company Empresa Nacional that shipped them, the doctor who kept them alive, the captain who got them to their destination, and the port that received them. (Satre 8)

As denúncias de Nevinson tiveram grande eco na sociedade britânica da época. Várias associações filantrópicas e anti-escravagistas, assim como a comunidade Quaker, pressionaram o Parlamento e o governo para que realizasse um inquérito e tomasse uma posição face ao governo português. Após algumas reticências, isso aconteceu. O inquérito às condições de vida dos trabalhadores das roças concluiu que eram bem tratados, mas que o contrato de cinco anos era, na realidade, por toda a vida sem o prometido repatriamento. Pressionado, o governo inglês chamou a atenção de Portugal para estas questões, através

do seu ministro plenipotenciário em Londres, o Marquês de Soveral, amigo de D. Carlos e de Eduardo VII, e houve uma discussão nas Cortes sobre esta questão. A resposta oficial portuguesa negava as acusações, esclarecia que a escravatura não existia nas colónias e que todos os direitos dos trabalhadores estavam protegidos. Note-se que esta posição data de 1906 e que o caso do mapa cor-de-rosa e do ultimato fora em 1890.

Entretanto, as ligações dos fabricantes de chocolates ingleses ao cacau de S. Tomé tornaram-se o centro das atenções. As três grandes marcas de chocolate em Inglaterra eram, à época, a Rowntree, a Fry's e a Cadbury's. Os proprietários de todas estas empresas pertenciam ao movimento protestante Quaker, ou *Society of Friends*, caracterizado por uma filantropia militante e pela defesa de ideais humanistas, tais como o anti-esclavagismo, o pacifismo e a reivindicação de condições justas de trabalho. Tanto a Fry's com a Cadbury's tinham criado pequenas cidades modelo em redor das suas fábricas, onde os trabalhadores ocupavam habitações condignas, havia bibliotecas e salas de reunião e o álcool era proibido.

O filantrópico e bem pensante George Cadbury promovera, tempos antes, uma campanha num dos jornais de que era igualmente proprietário, o *Daily News*, denunciando o governo inglês pelo recrutamento de *coolies* chineses para o trabalho na África do Sul, nomeadamente nas minas, em condições desumanas.

Sob ataque pela hipocrisia das suas posições, a Cadbury's envia o seu próprio investigador, de nome Joseph Burt, a S. Tomé e Príncipe para investigar as condições laborais existentes no cultivo do cacau.

Burt levava cartas de apresentação para os proprietários das roças, que lhe abriram as portas, e esteve nas ilhas seis meses, tendo também visitado a região de Angola percorrida por Nevinson. O seu relatório (1907) confirmava, em parte, as conclusões anteriores, embora suavizasse alguns aspectos, como a convicção expressa por Nevinson de que tinha sido envenenado. Afirmava que a situação em Angola, onde as populações estavam acomodadas à escravatura há gerações, era realmente má, pois os trabalhadores para S. Tomé eram recrutados à força por escravagistas, com o apoio de funcionários governamentais. Concluía ainda que os trabalhadores das roças de S. Tomé eram bem tratados, embora as suas vidas fossem monótonas e sem sentido, a educação religiosa fosse nula e a mortalidade infantil alta.

Cadbury evitou enquanto pôde a divulgação do relatório de Burt, mas as acusações de hipocrisia surgiram nalguns jornais, nomeadamente no *Standard* (26 de Setembro de 1908)

que lembrava a campanha a propósito dos *coolies*. Ao governo inglês não convinham os ataques ao governo português, pois estavam a decorrer negociações com vista ao recrutamento, em Moçambique, dos trabalhadores necessários às minas da África do Sul. Só em 1909 foi formalizado com o governo colonial o tratado que estabeleceu a garantia de mão-de-obra vinda de Moçambique.

Foi também em 1909 que a campanha produziu efeito: a compra de cacau a S. Tomé e Príncipe foi boicotada, e a Cadbury's passou a fornecer-se na Gold Coast, colónia britânica do Golfo da Guiné que em 1957 ganhou a independência e o nome de Ghana. Deste modo, S. Tomé perdeu a primazia do comércio de cacau.

A polémica em torno da África Ocidental portuguesa e do comércio de cacau deu brado na época, dando origem a acusações mútuas entre os dois países, a livros e artigos de jornal, a troca de comunicados entre governos, a relatórios, a movimentações mais ou menos públicas em Portugal e na Grã-Bretanha.

Atento à sociedade britânica e aos seus meios de comunicação, Fernando Pessoa deve ter seguido atentamente todo o processo e reagiu ao que lia sobre Portugal com um texto em inglês, destinado a ser talvez um panfleto ou, mais provavelmente ainda, uma carta aberta a publicar nos jornais ingleses, praça pública onde tudo se disputava.

O texto, fragmentado e incompleto, faz uma defesa das posições portuguesas e aponta os fracos da posição britânica, na sua opinião a hipocrisia e os interesses comerciais. Segundo um apontamento, com o título "The Pretended Slavery in S. Thomé"⁴ (A Pretensa Escravatura em S. Tomé), os pontos a focar organizar-se-iam da seguinte forma:

1. "The Pretended Slavery in S. Thomé"
2. Psychology of the Business man Mercantilism.
3. Psychology of Benevolent societies.
- Why S. Thomé was not defended better. (Societal, etc.)

(BNP, E3, 55D-101)

Uma primeira parte seria dedicada à psicologia do mercantilismo e uma segunda à análise das *Benevolent Societies*

⁴ BNP, E3, 55D-101.

(Quakers) e seria ainda analisada a razão pela qual S.Tomé não tinha tido a melhor defesa.

Noutro apontamento anota os seguintes aspectos a serem tratados: a psicologia dos ingleses e da sua filantropia, as sociedades filantrópicas e os reformadores (*Reformers*), como por exemplo o *Salvation Army*, assim como a noção conservadora de liberdade dos ingleses, que era facilmente dominável. Acrescenta a anotação que os ingleses são homens práticos, comparáveis administrativamente a Pombal. Este seria decerto um aspecto a desenvolver no texto.

As ideias desenvolvidas por Pessoa são as seguintes: Cadbury and Burt estão parcialmente certos e parcialmente errados. Há casos de escravatura que são representativos, não do carácter português, mas daquilo que está decadente em Portugal. Pessoa associa essa decadência à Monarquia, pelo que imaginar que a escravatura será erradicada durante a sua vigência, pensar que a escravatura nas colónias portuguesas poderá terminar durante o regime é ignorar por completo a situação portuguesa e atrair sobre o povo mais brando, mais doce (a palavra é *mildest*) da Europa o ódio de instituições dedicadas a combater a crueldade e a injustiça. Num sistema não representativo, os crimes da governação não caem sobre o povo, que só pode ser acusado de ignorância e da indulgência própria dos ignorantes. A ignorância do povo, assim como os desastres administrativos, onde a escravatura se pode incluir, têm os mesmos causadores: a Monarquia e a sua *sister-evil*, a irmã no mal, que é a Igreja Católica. Pede por isso ao sr. Cadbury que não se refira à escravatura como uma instituição dos portugueses, mas sim como uma instituição dos homens da Monarquia portuguesa. Segue a transcrição do documento que foca estes aspectos:

S. Thomé

Messrs' C & B [are] partly right and partly wrong. There are cases of slavery now – representation [not] of Portuguese character, but of what is decadent in Portugal. To expect this to end within the monarchy is to ignore entirely the situation of Portugal. To present this as happening in a Portuguese colony without investigating how far the nation is responsible for this – and thus tacitly casting on the mildest people of Europe the odium of an institution indivisibly committed in all upright minds to insure that [they] are not upright with cruelty and injustice.

The crimes of non-representation political systems do not fall upon the people. All that the Portuguese can be accused of is of ignorance and of the indulgence of the ignorant, and the cause of

this maintained ignorance is the same as that of the administration disasters of which that of slavery is a part – the monarchy and its sister-evil the Catholic Church. These are no casual iconoclastic expressions, but the truth, the dark truth, the evil truth and no more.

We do therefore require in justice of Sr Cadbury that he speak no more of slavery as an institution sustained by Portuguese, but by the men of the Portuguese monarchy. (BNP, E3, 55D-98 e 98v.)

A posição de Pessoa em relação à Monarquia e às suas principais figuras é muito crítica, tanto quanto mais tarde será em relação aos governantes e figuras públicas da República. O Marquês de Soveral, diplomata que contribuiu para normalização das relações entre os dois países após o ultimato e membro, como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins, do grupo “Vencidos da Vida”, é descrito como uma “impregnável cidadela de estupidez” e, noutro trecho, é explicado que a palavra “couce”, em inglês simplesmente *kick*, se aplicava, em português, somente aos burros, ao Marquês de Soveral e à Igreja Católica.

O texto ataca o mercantilismo e os interesses comerciais que hipocritamente se escondem sob o aparente humanismo de alguns dos críticos. A campanha é realizada por casas comerciais, facto que a marca de forma decisiva, pois existem interesses escondidos. É necessário analisar três aspectos, continua o texto, para compreender os motivos e o funcionamento das associações filantrópicas implicadas: a psicologia dos ingleses e, em especial, o modo como se relacionam com as outras nações; a psicologia do mercantilismo e, especificamente, do mercantilismo inglês; e, por fim, a especial psicologia do sentimento filantrópico relacionado com estes aspectos. Pessoa coloca a guerra do ópio, entre a Inglaterra e a China, na génese de um determinado tipo de filantropia inglesa, imbuída de um sentimento de superioridade moral em relação aos outros povos, mas que oculta fortes interesses mercantis. Uma campanha tão dirigida e pessoal encobre certamente, continua o autor, sob a capa da filantropia, uma motivação comercial, um mercantilismo sórdido (*a sordid mercantilism*) e um carácter competitivo, sem regras.

Pessoa não nega a existência de maus tratos e abusos, mas coloca a seguinte questão: quanta escravatura, quanta crueldade há no *Dark Continent*, em locais onde os jornalistas e a opinião pública não chegam? E acrescenta que é apesar de tudo preferível ter alimentação e bom tratamento (e isto é uma referência ao que é dito acerca do trabalho nas roças de S. Tomé) do

que ter um ordenado, mas ser morto com trabalho. Penso que esta será uma referência ao tratamento dos *coolies* nas minas da África do Sul. Uma sociedade hipócrita, acrescenta Pessoa, considera que a escravatura desaparece no momento em que lhe é retirada a camada exterior, mas a exploração impiedosa dos seres humanos, a crueldade, a indiferença pelo seu bem-estar continua a existir. Mais uma vez, parece haver aqui uma referência àquilo que presenciou na sua juventude sul-africana.

“All is formulae”, conclui Pessoa, tudo se reduz a fórmulas.

... a hypocritical society that when it removes the exterior thing of slavery itself thinks itself into thinking that slavery is gone, when its merciless exploitation of beings, the cruelty, the carelessness of human good remains. All is formulae; the human heart is the same. (BNP, E3, 55D-91v.)

Este texto de Fernando Pessoa tem, para o leitor, um interesse acrescido. Como texto de opinião, como exemplo do desejo de intervir não só em Portugal, mas também em Inglaterra, mas sobretudo por aquilo que revela do seu pensamento e das suas convicções numa data em que toda a influência da cultura britânica, na sua versão sul-africana, estaria ainda muito presente. A isto se acrescenta que este é um dos raros textos em que se trata das questões africanas.

A localização temporal do escândalo Cadbury é a seguinte: o artigo de Nevinson para a *Harper's* data de 1905; a polémica atingiu o seu ponto máximo em 1905/1906, com o relatório Burt, encomendado pela Cadbury's, a ter uma primeira divulgação em Portugal em 1907 e em Inglaterra em 1908. Em 1906, o governo português respondeu com um memorando em que negava a existência da escravatura nas colónias. Em 1909 dá-se o boicote ao cacau de S. Tomé. Isto significa que a reacção de Pessoa a tudo isto aconteceu na sequência da sua chegada definitiva a Portugal, em 1905.

A defesa acalorada das posições portuguesas que aqui vemos pertence aos primeiros anos da vinda definitiva de Pessoa para Portugal. Conclui-se, portanto, que Pessoa revela uma distância crítica em relação à cultura de onde vinha e uma identificação com a sua cultura de origem e com o povo (o “*mildest*” da Europa) já nesta data.

Um exemplo retirado do texto compara as sociedades filantrópicas e os seus beneméritos a um discípulo seu no colégio onde andara que, ao atacar os *bullies*, se tornou ele próprio também um *bully*. É possível questionar se o “estrangeiro aqui como em toda a parte” não se sentiu um estrangeiro, diferente

portanto e sujeito aos preconceitos existentes na mente britânica da época em relação aos povos meridionais, no meio escolar que frequentou. É possível ainda questionar se a nossa leitura das cartas de Faustino Antunes Clifford Geerds, seu antigo discípulo, e ao Dr. Haggar, director da *Commercial School*,⁵ não poderá assumir diferentes tonalidades, para além da busca de si em memórias alheias e do questionamento da sua sanidade mental. Em *Os Dois Exílios – Fernando Pessoa na África do Sul*, o autor, H. D. Jennings, que investigou, na África do Sul, o modo como os discípulos encaravam Pessoa, coloca a seguinte questão, indicadora do modo como o jovem seria olhado.

É fácil de ver que onde Geerds e outros discípulos falaram de “doido” se aplica com mais propriedade a expressão “excepcional originalidade” de Belcher e outros professores, mas também não devemos rejeitar totalmente a possibilidade dos jovens alunos extrovertidos intuírem no estranho Fernando Pessoa algo de psicopata, e estarem eles dentro da razão, a acreditar a tentativa de diagnose do próprio poeta. (Jennings 65, 66)

Pessoa viveu na África do Sul dos 7 aos 17 anos, foi educado em escolas sul-africanas e conviveu de perto com uma forma de *apartheid*. O texto revela o que pensava sobre as condições de vida dos “*poor negroes*” que classifica como uma exploração impiedosa, uma crueldade, uma indiferença pelo ser humano. Linguagem forte para quem defende, com frequência, ideias paradoxais e extremadas com uma distância racional. Em 1909, o assunto das colónias interessava-lhe, como se comprova pelo irónico texto “A Nossa Administração Colonial”, onde se critica o modo como as colónias eram exploradas por interesses particulares, com a conivência do estado monárquico.

A resposta à polémica Cadbury aqui analisada e a sua datação revelam um alinhar claro, definitivo e empático de Fernando

⁵ Faustino Antunes é a personalidade que Pessoa assume para descobrir o que antigos mestres e discípulos pensavam a seu respeito. São “cartas para informação sobre o meu carácter”, descrevendo um Pessoa doente mental e já falecido a Clifford Geerds, seu antigo discípulo, e ao Dr. Haggar, director da *Commercial School*. Faustino Antunes apresenta-se como médico encarregado de investigar o estado mental de Fernando Nogueira Pessoa, que fizera explodir uma casa de campo, num acto suicida, causando a morte a várias pessoas. Noutra possível carta de Faustino Antunes, desta vez em francês, faz o diagnóstico do suicida: “C’est (sans aucune doute) un neurasthénique vésanique”. É sua intenção, declara na carta, fazer a história de uma vida ou de uma alma, mas faltam-lhe dados para isso. Richard Zenith levanta a hipótese de esta carta em francês se destinar a um Mr. O’Grady, que foi professor de francês de Fernando Pessoa, em Durban.

Pessoa com a sua identidade de origem numa época supostamente de transição para a cultura portuguesa e revelam ainda uma visão muito crítica sobre aspectos da sociedade britânica e sobre as condições de vida em África.

OBRAS CITADAS

BNP, E3 – Espólio de Fernando Pessoa na Biblioteca Nacional de Portugal
Jennings, H.D.. *Os Dois Exílios – Fernando Pessoa na África do Sul*. Vila Nova de Gaia: Fundação Eng. António de Almeida, Centro de Estudos Pessoaanos, 1984.

Satre, Lowell J.. *Chocolate on Trial – Slavery, Politics & the Ethics of Business*. Athens: Ohio University Press, 2005.